

Ensinar, aprender e participar: aproximações extensionistas com o Farol da praia do Titanzinho (Fortaleza-CE)

Teaching, learning and participating: extension approaches to the Titanzinho Beach Lighthouse (Fortaleza-CE)

Enseñar, aprender y participar: enfoques de ampliación del Faro de la Playa de Titanzinho (Fortaleza-CE)

Carlos Renato Araujo Freire

Universidade Federal do Ceará

E-mail: crenatoaf@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6819-0862>

Carolina Ruoso

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: carol@ruoso.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3340-4357>

RESUMO

Atualmente, a discussão sobre a curricularização da extensão vem animando as reuniões dos cursos, colocando os professores universitários a pensar sobre a atuação fora dos muros da universidade. O curso de extensão “História, memória e patrimônio: elementos para a formação profissional na cadeia patrimonial”, realizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória (GEPPM/UFC-CNPq), em 2016, é destrinchado, aqui, não apenas como uma experiência de extensão envolvendo a área do patrimônio cultural, mas como oportunidade de se refletir sobre o engajamento coletivo a partir da universidade. Além de nos permitir avaliar os impactos dos processos de formação e de pesquisa quando historiadores, atuam contribuindo nos processos da cadeia operatória da patrimonialização.

Palavras-chave: *Farol do Mucuripe; patrimônio cultural; Fortaleza.*

FREIRE, Carlos Renato Araujo; RUOSO, Carolina. Ensinar, aprender e participar: aproximações extensionistas com o Farol da praia do Titanzinho (Fortaleza-CE).

PÓS:Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFGM. v. 15, n. 33, jan. 2025

ISSN: 2238-2046. Disponível em: < <https://doi.org/10.35699/2238-2046.2025.53613> >

ABSTRACT

Currently, the discussion about the curricularization of extension has been animating course meetings, getting university professors to think about their work outside the university walls. The extension course “History, memory and heritage: elements for professional training in the heritage chain”, held by the Heritage and Memory Studies and Research Group (GEPPM/UFC-CNPq), in 2016, is described here not only as an extension experience involving the area of cultural heritage, but as an opportunity to reflect on collective engagement from the university. It also allows us to assess the impact of training and research processes when historians contribute to the processes of the operational chain of patrimonialization.

Keywords: *Mucuripe Lighthouse; cultural heritage; Fortaleza.*

RESUMEN

Actualmente, la discusión sobre la curricularización de la extensión viene animando los encuentros de cursos, incitando a los profesores universitarios a pensar su trabajo fuera de los muros de la universidad. El curso de extensión «Historia, memoria y patrimonio: elementos para la formación profesional en la cadena del patrimonio», organizado por el Grupo de Estudios e Investigación en Patrimonio y Memoria (GEPPM/UFC-CNPq) en 2016, se describe aquí no sólo como una experiencia de extensión que involucra el área del patrimonio cultural, sino como una oportunidad para reflexionar sobre el compromiso colectivo desde la universidad. También nos permite evaluar el impacto de los procesos de formación e investigación cuando los historiadores contribuyen a los procesos de la cadena operativa de patrimonialización.

Palabras clave: *Faro de Mucuripe; patrimonio cultural; Fortaleza.*

Data de submissão: 21/07/2024

Data de aprovação: 30/10/2024

Nos anos de 2010 e 2016, o Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória (GEPPM) direcionou sua atuação coletiva fora dos muros da universidade, ativando o conceito de patrimônio cultural em prol de uma maior atenção ao Farol do Mucuripe e seu entorno.¹ A distância de seis anos possibilitou refletirmos constantemente sobre nossas ações, sobre a dinamicidade do peso político dado ao conceito na história política recente e sobre a diversidade de papéis que o historiador pode assumir no tempo presente.

O lugar do historiador como profissional do mundo dos museus e dos patrimônios foi objeto de reflexão variada. Manoel Salgado Guimarães identifica formas visuais e imagéticas de se relacionar com o passado, desde a constituição dos Institutos Históricos, no século XIX, que, por sua vez, alinhavam-se com uma longa tradição ocidental dos antiquários que tenciona a experiência e a sua representação em alguma forma de linguagem visual. A resposta para a definição de “quais os meios mais adequados para esta representação levou esta tradição à discussão dos temas relativos à mimese e às diferentes formas artísticas no seu esforço desta representação” (Guimarães, 2002, p. 76).

Márcia Chuva, refletindo sobre o lugar que o historiador tem ocupado no campo da preservação do patrimônio cultural no Brasil, reconstitui a história dessas políticas ligando a construção dos Estados Nacionais no século XIX à emergência do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), na década de 1930. Ao referir-se a essa instituição, lembra como Lúcio Costa, autor de ideias seminais no âmbito do campo da preservação, afirmava, em 1949, que o historiador não era dado a objetividade, sendo aconselhável “recorrer a estudantes universitários em períodos de férias e a intelectuais de várias categorias necessitados de amparo” (Chuva, 2008, p. 33).

Segundo Chuva (2008), o arquiteto era considerado o especialista em patrimônio, mas, posteriormente, o campo foi se abrindo para o museólogo, o arqueólogo e o antropólogo, tornando-se, a partir dos anos 1990, o campo muito mais amplo e complexo. Mesmo assim, ao se comparar a atuação do antropólogo que conseguiu emplacar o laudo antropológico no campo indigenista e a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), o “historiador se furtou a atuar no campo da preservação do patrimônio cultural – sem investimentos de peso para construí-lo como um objeto próprio de investigação” (Chuva, 2008, p. 40).

Este texto pretende retomar as reflexões sobre o lugar do historiador, mas considerando a posição da própria universidade na fábrica do patrimônio cultural,² no tempo presente. Como o patrimônio cultural deve ser ensinado no ensino superior? Como, por meio desse conceito, aliar ensino, pesquisa e extensão? É possível aliar engajamento social e rigor científico? Qual o papel social da História e do seu profissional em nossa sociedade do tempo presente? Adiantamos que essas questões não foram totalmente respondidas a partir dessa experiência, mas foi capaz de direcionar caminhos que possibilitaram o desenvolvimento de outros projetos e discussões.

Responder a essas perguntas implica uma meditação sobre os papéis que a sociedade atribui e demanda à profissão, ao mesmo tempo que exige a definição do sentido das nossas intervenções no espaço público. Trata-se de uma reflexão sobre o fazer-se historiador no tempo presente diante dos desafios da sua ciência de referência, do poder da política e do mundo dos patrimônios.

O Farol, a cidade e os historiadores

O Farol do Mucuripe se localiza na chamada praia do Serviluz, ponto da cidade de Fortaleza, Ceará, que pode sintetizar o intenso processo de urbanização dos países da América Latina na segunda metade do século XX. Em uma curta distância, mais ou menos 2,5 km, podemos encontrar espaços de intenso aproveitamento turístico de circulação internacional (à beira-mar) e aqueles de moradia caracterizados pela fragilidade fundiária/urbanística e por uma precariedade de assentamentos.³

O discurso de simbiose histórica entre a cidade e o mar é evocado em vários empreendimentos icônicos que animaram processos de revitalização e de recuperação de zonas tidas como decaídas ao redor do País.⁴ Em Fortaleza, o objetivo aparente é complementar a continuidade espacial entre a rede hoteleira da Beira-Mar e o centro antigo. Para isso, formou-se um tipo de corredor cultural, reagrupando a Igreja do Rosário dos Pretos, do final do século XVIII, as antigas praças do Passeio Público e do General Tibúrcio, o Mercado Central, reinaugurado em 1998, um centro de artesanato, implementado na cadeia pública do século XIX, e a Catedral da Sé (1978). Além desses, há cinco centros culturais mais recentes: o Centro Cultural Banco do Nordeste (1998), o Centro Cultural Dragão do Mar (1999), o Centro Cultural do banco Caixa Econômica (2012), reutilizando o volume da Alfândega do final do século XIX, o Centro Cultural Belchior (2017) e a Complexo Cultural Estação das Artes (2022).

A ativa área portuária do Mucuripe recebeu um novo terminal marítimo de passageiros para atracagem de embarcações de até 6 mil turistas, além da modernização de um antigo mercado de peixes. Também foi construída uma escola de gastronomia para atuar em duas frentes: a profissionalização da cultura alimentar e a requalificação do morro Santa Teresinha. Por sua vez, a Praia do Futuro recebeu um amplo projeto de remodelamento urbano em meio a uma série de conflitos jurídicos gerados por uma ocupação desordenada de uma faixa de praia de 7 quilômetros, que soma, hoje, aproximadamente 153 edificações.

FREIRE, Carlos Renato Araujo; RUOSO, Carolina. **Ensinar, aprender e participar: aproximações extensionistas com o Farol da praia do Titanzinho (Fortaleza-CE).**

PÓS:Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFG. v. 15, n. 33, jan. 2025
ISSN: 2238-2046. Disponível em: < <https://doi.org/10.35699/2238-2046.2025.53613> >

Amplamente divulgado nos jornais desde 2010, o projeto Aldeia da Praia é a “solução” mais recente para a praia do Titanzinho. “O berço da tetracampeã de *surf*, Tita Tavares”, pode se transformar por meio da construção de mais de “mil casas novas, em terreno adquirido pela Prefeitura. Além disso, faremos uma praça de 27 mil m², recuperando o farol antigo” e construindo um calçadão de “1700 metros de extensão” (Queiroz, 2013, n.p.).

No ano de 2010, a disputa pelo aproveitamento urbanístico, desse pedaço da orla de Fortaleza, teve um novo capítulo devido à expansão da indústria naval gerada pelo otimismo com a descoberta do pré-sal. No Nordeste, existia a possibilidade de ampliação do estaleiro Atlântico Sul localizado no Porto do Suape (40 km de Recife), além da instalação de estaleiros no pontal do Coruripe, em Alagoas (103 km de Maceió), mais dois no distrito de Maragogipe (133 km de Salvador) e outro em Aracaju (SE). Em Fortaleza, as opções de locais divulgadas pelos jornais seriam os bairros do Pirambu, a comunidade do Poço da Draga e a praia do Titanzinho.

A predileção do executivo estadual voltava-se para a praia do Titanzinho. Em maio de 2010, em seu programa de rádio matinal, o então presidente Lula (Partido dos Trabalhadores – PT) recordou positivamente o passado da indústria naval nos anos 1970, elogiando sua recuperação com 45 mil trabalhadores empregados no setor (Laboissière, 2010). Enquanto isso, o então governador Cid Gomes (Partido Socialista Brasileiro – PSB) divulgou alguns argumentos técnicos e afirmou o seguinte: “nós só temos para o porte desse estaleiro essa possibilidade. Ou é lá ou não será” (Titanzinho..., 2010, n.p.). Por sua vez, a então prefeita Luizianne Lins (PT) recusava dar uma “carta de anuência para o projeto do estaleiro” (Luizianne..., 2010, n.p.) para não “desperdiçar um espaço bonito como aquele, de contemplação, que pode ser aproveitado para potencializar o turismo de Fortaleza” (Luizianne..., 2010, n.p.). Acrescentou que a área se “trata de uma Zona de Proteção Ambiental e a edificação feriria o Plano Diretor da cidade” (Luizianne..., 2010, n.p.), o que impossibilitaria a construção do aterro de um milhão de metros quadrados previsto no projeto (Prefeita..., 2010).

Em meio à falta de consenso entre as autoridades oficiais, uma parte dos moradores do local organizou uma série de manifestações contra a instalação do equipamento na praia do Titanzinho. Por outro lado, o governo do estado mobilizou alguns moradores em uma cerimônia para entrega de um abaixo-assinado a favor da obra do estaleiro. Enfatizava-se a geração de cerca de 1.200 empregos diretos.

Em julho de 2010, a aparente querela política encontrou resolução com a mudança de posição do Poder Executivo Nacional. Após reunião com a Prefeitura, divulgou-se a necessidade de novos estudos para uma melhor localização da construção do equipamento (Lula..., 2010). Em contraposição, houve a “iniciativa de ambientalistas, com o apoio de ONGs e da comunidade” para transformar a área do Titanzinho em uma paisagem cultural reconhecida oficialmente, a fim de tornar “a primeira registrada no Estado” (Praia..., 2010, n.p.). O objetivo era ampliar o tombamento do Farol, visando “o registro do modo de vida do bairro”, mesmo após fracassada “a intenção de construir um estaleiro na praia” (Praia..., 2010, n.p.).

O historiador Antônio Gilberto Ramos de Nogueira⁵ lembrou a relação da comunidade com o espaço, envolvendo a memória “e com várias dimensões da experiência humana e da cultura” (Praia..., 2010, n.p.). O historiador André Nogueira Aguiar⁶ explicou como a chancela da paisagem cultural unia patrimônio material e imaterial com o objetivo de alcançar a preservação do meio ambiente. Por fim, Pedro Fernandes⁷ disse o seguinte: “a nossa preocupação é de perder nosso direito à cidade. A gente nasceu e se criou aqui, com esse contato com o mar” (Praia..., 2010, n.p.).

O caso da praia do Titanzinho reuniu, na mesma arena, a figura do cidadão engajado, do historiador e de um técnico da Prefeitura.⁸ A máquina do patrimônio cultural é ativada com seus procedimentos e ferramentas jurídicas, enquanto o conhecimento acadêmico e disciplinado se vê engajado na disputa pela utilização do espaço. No teatro da política, os dois historiadores se posicionam em favor da permanência da comunidade, contra uma grande obra e em prol da identidade que enfatiza a relação dos sujeitos com a proximidade com o mar.

A articulação entre direito à memória e direito à cidade, presente nas colocações acima, indica como, em 2010, ocorreu uma mobilização associativa comunitária (através do recurso à sua rede associativa), midiática (divulgação das suas pautas nos jornais), jurídica (pelo recurso de uma ferramenta oficial de patrimonialização prevista apenas na legislação federal), política com parlamentares diversos e entidades de classe (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará, Ordem dos Advogados do Brasil, Federação de *surf* etc.) e até mesmo uma mobilização urbana, por meio de manifestações. Ao fazer uso dessas ações, o valor político forte do conceito de patrimônio cultural foi compartilhado não apenas pelos especialistas, mas em alguma medida pela própria sociedade civil.⁹

FREIRE, Carlos Renato Araujo; RUOSO, Carolina. **Ensinar, aprender e participar: aproximações extensionistas com o Farol da praia do Titanzinho (Fortaleza-CE).**

PÓS:Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFGM. v. 15, n. 33, jan. 2025
ISSN: 2238-2046. Disponível em: < <https://doi.org/10.35699/2238-2046.2025.53613> >

O certo é que esse caso sintetiza alguns problemas fundamentais da zona litorânea das capitais brasileiras, principalmente aquelas próximas aos portos, que envolvem disputas pelo território, problemas de estrutura urbana, desigualdades históricas e disparidades sociais bastante salientes. Sob momentos de tensão social, emergem as discussões sobre a propriedade e os sentidos sociais a ser dados ao território, ressoando a discussão sobre o seu passado e a sua história, tornando-a digna de sintetizar o próprio porvir da cidade.

Em 2016, a política cultural referente ao patrimônio cultural sofreu um reverso. Logo ao assumir o cargo, após o impedimento do governo de Dilma Rousseff (2011-2016), o governo do pmdebista Michel Temer (2016-2018) colocou em seus planos de atuação a extinção do Ministério da Cultura (MinC) e a transformação do Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional (IPHAN) em uma secretaria (Barbalho, 2017). A resposta dos movimentos sociais organizados ocorreu mediante à ocupação dos prédios ligados ao MinC em diversas cidades. Em Fortaleza, a ocupação do prédio da Superintendência do IPHAN durou cerca de 37 dias.

O governo Temer acabou recriando o MinC e manteve a configuração do IPHAN, tentando conciliar os interesses dos setores culturais e a implementação da sua pauta reformista de viés liberal. Nesse ínterim, veio à tona uma das possíveis razões da proposta de desmantelamento do MinC devido ao escândalo político envolvendo o então ministro da secretaria de Governo Geddel Vieira Lima (MDB). Este pretendia liberar o término da construção do edifício La Vue com 31 andares em plena área de proteção do centro histórico de Salvador (BA) (Paiva, 2017).

As políticas para o patrimônio cultural, por um momento, são discutidas de forma detalhada na mídia nacional: denúncias de corte de orçamento e infográficos sobre poligonal de entorno são divulgadas. O que até então estava fechado e em sigilo pelos partidos no poder se alastrou de forma generalizada, indicando uma transgressão contra o Patrimônio Nacional, a história, e, sobretudo, tornando-se um indício forte de corrupção de um governo que chegou ao poder com o propósito de solucioná-la.

Entre 2010 e 2016, a agenda política oficial da cultura, sob uma análise superficial e apressada, parece ter se desvinculado de uma política nacional voltada para a ampliação da cidadania. Nesse período, observou-se um recuo no debate público, acompanhado por uma exacerbação de tensões e conflitos de caráter nacionalista, utilizados para estabelecer marcadores sociais que conferiram visibilidade a uma nova direita e extrema-direita.

Diante dessa drástica mudança, os temores e medos seriam tanto o desencorajamento do exercício crítico dos saberes e conhecimentos possíveis a partir do patrimônio cultural quanto o aprofundamento do papel secundário da educação patrimonial. Isso leva à consequente subvalorização da função crítica dos pesquisadores e dos outros profissionais da cadeia patrimonial (arquitetos, administradores, historiadores *etc.*), consolidando, assim, o predomínio do conhecimento do objeto em si e para si, ao invés de promover discussões a respeito dos processos de patrimonialização.

A compreensão do patrimônio cultural em si é constantemente evocada como justificativa para emplacar projetos de revitalização vinculados a um “fenômeno mundial de revalorização das áreas frente de água” (Del Rio, 2001, n.p.), que destacam “as áreas portuárias por suas potencialidades paisagísticas, lúdicas, logísticas e imobiliárias, bem como pela revalorização midiática do seu capital simbólico” (Del Rio, 2001, n.p.).

O curso de extensão “História, memória e patrimônio: elementos para a formação profissional na cadeia patrimonial”, realizado pelo GEPPM, em 2016, buscava intervir nessa conjuntura de forma crítica. Depois de alguns anos do perigo de construção do estaleiro, o objetivo era fomentar uma experiência de trabalho cooperativo capaz de se aproximar das memórias comunitárias e das formas não profissionais de olhar o patrimônio cultural. Tratava-se, sobretudo, de uma oportunidade de refletir o engajamento coletivo para a pesquisa a partir da universidade.

Pode-se pensar se o agir em coletivo se trata ou não de uma predisposição natural, se faz ou não parte do nosso instinto e se acontece de forma harmônica sempre que necessário. Agir em coletivo exige não só um aprendizado próprio, mas também um aprendizado desafiador sobre lidar consigo mesmo em contato com o semelhante e a diferença. Exercitar o participar exige aprender a conviver, negociar e almejar objetivos em comum, algo tão caro em um ambiente político demo-

crático. Isso envolve desde as posições políticas à capacidade de trocar saberes específicos na perspectiva de uma formação mais global, conforme preconizado nos módulos do curso de extensão aberto ao público.

Ao nos colocarmos a pensar em uma atividade de extensão, estávamos convencidos da necessidade de operar deslocamentos e reflexões sobre o lugar do historiador e da historiadora como sujeitos dotados de capital intelectual recluso em pesquisas nos espaços de arquivos e bibliotecas. Era preciso pensar as ações de ensinar em consonância com um movimento de abertura para além do espaço exclusivo da universidade, ou seja, inserir as nossas ações na cadeia patrimonial envolvendo não só a interlocução com o mundo dos patrimônios e dos museus, mas também com as escolas, as associações de moradores, as secretarias de cultura, o poder judiciário, as ruas e os diversos espaços da cidade. Pensar uma nova ação de extensão passava por repensar o valor público das ações do historiador como professor e como pesquisador.

O curso

O GEPPM foi criado no âmbito do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará – UFC e liderado desde então pelo Professor Antônio Gilberto Ramos Nogueira. No início de suas atividades, em 2007, havia apenas uma linha de pesquisa, Patrimônio e Memória. No decorrer do percurso acadêmico, as linhas foram ampliadas, principalmente a partir do ano de 2015, refletindo uma maior experiência de reflexão aliada à atuação social mais intensa nessa área da política pública relacionada à cultura e ao ordenamento urbano das cidades. Atualmente, as seis linhas de pesquisa do GEPPM são: História e Patrimônio Documental; Patrimônio e Educação; Patrimônio e Museus; Patrimônio, Cultura e Cidade; Políticas de Preservação do Patrimônio Cultural; Trabalhos da Memória e do Patrimônio.

As atividades iniciais do grupo centravam-se nas suas reuniões de estudos e em dois investimentos coletivos de pesquisa mais sedimentados, envolvendo basicamente estudantes de graduação. A primeira fazia uma aproximação entre uma história intelectual e uma história das políticas públicas, problematizando a institucionalização da cultura na segunda metade do Século XX por meio de um dos órgãos estaduais oficiais: o Centro de Referência Cultural do Estado do Ceará – CERES (1976-1990).

Paralelamente, devido à boa acolhida das trilhas de recepção dos calouros pelos vários centros da UFC espalhados pelo Bairro do Benfica, a segunda linha de pesquisa foi ganhando consistência, transformando a universidade e a sua implementação nesse bairro em objeto de pesquisa historiográfica. Em 2009, o grupo efetua a produção da sua primeira exposição, chamada “Centro de Humanidades (CH) – 40 Anos”, apresentada durante a Semana de Humanidades da UFC, no Museu de Arte (MAUC-UFC), utilizando o acervo fotográfico institucional para a composição do projeto expográfico.

Dois anos depois, seríamos selecionados para participar do Programa de Extensão Universitária (PROEXT 2011) do Ministério da Educação, em colaboração com Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com o Projeto de Extensão “Patrimônio e História Local: Inventário de referências culturais do Benfica (Fortaleza-CE)”. Além disso, outros cursos foram ministrados em centros culturais, memoriais, museus e encontros acadêmicos contribuindo para verificar as relações entre o universo do saber acadêmico e os lugares institucionalizados da cultura.

O curso de extensão marcaria, então, uma certa descentralização da atuação coletiva distante do centro antigo ou das proximidades da universidade. Ainda que na mesma cidade, os locais escolhidos para visita e conhecidos *in situ* em uma atividade de educação patrimonial de maior duração apresentavam uma diferença social significativa.¹⁰

Durante o ano de 2016, foram mobilizados de forma voluntária pelo menos 22 membros do GEPPM,¹¹ seja de forma direta ou indireta, propiciando maior diálogo entre os membros que participaram em momentos diferentes dessa trajetória. Além do departamento de História da UFC, também foram envolvidos o Memorial da UFC, a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará – Secult-CE e a Associação de Moradores do Titanzinho para cooperar com a pesquisa de pós-doutoramento do pesquisador André Nogueira Aguiar, denominada “Pesquisa e Mapeamento do Patrimônio Cultural do Litoral de Fortaleza”.¹²

André Aguiar defende que um dos papéis do historiador é pesquisar, identificar, catalogar e difundir o patrimônio cultural. O historiador deveria interceder junto aos referenciais identitários das comunidades, devendo estar atento aos processos de atribuição de valores que se constroem cotidianamente a partir dos usos que os diferentes sujeitos fazem do litoral. Em suas palavras:

FREIRE, Carlos Renato Araujo; RUOSO, Carolina. **Ensinar, aprender e participar: aproximações extensionistas com o Farol da praia do Titanzinho (Fortaleza-CE).**

PÓS:Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFG. v. 15, n. 33, jan. 2025
ISSN: 2238-2046. Disponível em: < <https://doi.org/10.35699/2238-2046.2025.53613> >

A cultura comunitária e o patrimônio local, nesse contexto, podem dinamizar a convivência social engendrada nesses espaços. Muitas iniciativas oriundas dos movimentos sociais, portanto, demonstram que a situação de “vulnerabilidade” ou “impenetrabilidade” do litoral não é irreversível. Assim, um melhor conhecimento dos lugares e das sociabilidades que os constituem, através do mapeamento dos aspectos que compõe o patrimônio cultural dessas populações, podem indicar caminhos de valorização da memória e dos projetos comunitários (Nogueira, 2015, p. 5).

O projeto previa o fortalecimento das relações entre a universidade e as iniciativas associativas gestadas na cidade, estipulando que a pesquisa acadêmica conseguisse dar algum tipo de resposta às necessidades locais. A produção de conhecimento sobre o espaço deveria estar aliada a uma interseção em sua dinâmica, podendo contribuir com o planejamento sustentável das populações locais, estimular a formulação de políticas públicas e apoiar a valorização da memória local em diversas instituições.

O curso de extensão¹³ foi pensado, inicialmente, para um público de 25 pessoas, divididas entre professores do ensino básico, estudantes universitários, profissionais já atuantes no campo do patrimônio cultural (museus, arquivos, bibliotecas etc.) e um público geral.

A divisão do conteúdo corresponderia às linhas de pesquisa já formalizadas: Aula 1 – Geral (Patrimônio e Memória) 4h/a; Aula 2 – Geral (Patrimônio e Memória) 4h/a; Aula 3 – Políticas de Preservação do Patrimônio Cultural - 3h/a; Aula 4 – Cultura, Patrimônio e Cidade – 3h/a; Aula 5 – Trabalhos da Memória – 3h/a; Aula 6 – História e Patrimônio Documental – 3h/a; Aula 7 – Museus e Patrimônio – 3h/a; Aula 8 – Educação e Patrimônio – 3h/a.

O curso teria uma carga horária total de 26 horas, com aulas semanais aos sábados, e se encerraria ainda no primeiro semestre de 2016. Essa organização priorizava, sobretudo, a divulgação da produção acadêmica interna do grupo, consistindo antes em uma atividade perpassada por um desejo de ampliação de diálogo com outros públicos.

A aproximação de Carolina Ruoso, à época diretora da Coordenadoria de Patrimônio Histórico e Cultural – COPAHC da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará – Secult-CE mudou as expectativas ao somar outros interesses institucionais: existia a possibilidade de restauração do Farol do Mucuripe pelo Estado, por isso a necessidade de acelerar o processo de pesquisa referente a esse bem

cultural específico. Além disso, Carolina Ruoso entendia que a formação dos membros cooperadores no campo do patrimônio cultural era fundamental, sugerindo um programa que promovesse a vivência de uma experiência por toda a cadeia operatória da fábrica patrimonial. Entendia, também, que precisávamos elaborar metodologias participativas para além do inventário, ampliando, portanto, a participação nos processos de patrimonialização.

Nessa encruzilhada de interesses, a solução encontrada foi ampliar os objetivos gerais do curso ao tentar ensaiar uma pesquisa histórica e multidisciplinar realizada com o próprio público do curso. A divisão dos módulos sofreu uma ligeira adequação, reconfigurando-se da seguinte forma: I – Memória e patrimônio (8 h/a); II – Inventário: Jornais (20 h/a); III – Inventário: História oral (20 h/a); IV – Instrução de tombamento (20 h/a); V – Olhares sobre o patrimônio (24 h/a); VI – Curadoria colaborativa (20 h/a); VII – Montagem de exposições (20 h/a).

Observa-se que a ampliação dos interesses e objetivos foi recebida com empolgação pelo GEPPM, o que resultou em uma carga horária total de 132 horas, 5 vezes maior que o formato anterior. Ao mesmo tempo que se diluiu o caráter de divulgação de uma produção interna, aproximou-se mais do objeto de um projeto de extensão. Consequentemente, a tarefa a ser realizada coletivamente foi modificada; a concentração não seria em lembrar exclusivamente o como dos processos de patrimonialização, realizar-se-ia coletivamente e colaborativamente essa tarefa no percorrer dos módulos, colocando a universidade no centro de um processo colaborativo com outras instituições e agentes da cadeia patrimonial.

A adoção do conceito de inventário se ligaria, de um lado, a uma aproximação com o método da escrita da história acadêmica disciplinada através de procedimentos de produção de documentação e de ferramentas de sistematização de pesquisa, por outro lado, pretendia, sobretudo, enfatizar o trabalho coletivo de pesquisa no qual as formas não profissionais de olhar o patrimônio cultural também fossem valorizadas.

O primeiro módulo apresentou uma breve historicidade de alguns conceitos (história, memória e patrimônio cultural), explorando a diferença entre o mundo antigo e o mundo moderno, problematizando como o conceito de patrimônio cultural ligou-se à consolidação dos Estados-nacionais, mas como hoje seus usos são plurais, marcados também por lutas de reivindicações de direitos e

pela diversificação das identidades. Foram utilizados diversos exemplos, desde as comemorações da Revolução Francesa até os primeiros monumentos construídos enquanto tais na cidade de Fortaleza, como também os passados problemáticos da Segunda Guerra Mundial e da Ditadura Civil-Militar de 1964. Demonstramos como a dicotomia bem delimitada entre a escrita da história e a memória encontra-se em desalinho (Ricoeur, 2007), já que, hoje, a autoridade sobre o passado não é domínio apenas do intelectual *expert*.

A democratização das vozes sobre o passado foi possível a partir da metade do século XX devido ao aumento do capital intelectual, do consumo cultural e do desenvolvimento dos meios de comunicação, tornando constantes as reivindicações de direito à memória, os desejos por tradição e políticas de identidade mais amplas e diversas (Winter, 2006). A participação social torna-se, hoje, um pré-requisito para ter uma maior qualidade democrática nos processos de valorização do passado, seja na sua forma patrimonial ou historiográfica.

O segundo módulo, Inventário – Jornais, pretendia problematizar as imagens historicamente produzidas sobre a área litorânea da cidade, aliando reflexões teórico-metodológicas e atividades práticas de pesquisa na hemeroteca do Núcleo de Documentação e Laboratório de Pesquisa Histórica do Departamento de História da UFC (NUDOC). O objetivo básico era questionar o papel da imprensa como veículo imparcial de informações, enfatizando as possibilidades de interpretação referentes aos conflitos e aos interesses envolvidos na dinâmica sociopolítica da sua enunciação cotidiana.

Os participantes foram divididos em duplas e coletaram, em média 20, matérias dos seguintes jornais: O Povo, Correio do Ceará, Tribuna do Ceará, Unitário, Diário do Nordeste; envolvendo os anos de 1973, 1974, 1975, 1976 e 1977. No geral, o desenvolvimento urbano da cidade foi a temática mais recorrente documentada, como são exemplos a “retirada dos casebres” para o prolongamento da Av. Santos Dumont a fim de chegar à Praia do Futuro (Santos..., 1975, n.p.) e a documentação dos interesses sociais envolvidos na construção de uma das vias litorâneas que liga a cidade de leste a oeste, a Avenida Castelo Branco (Novas..., 1974, n.p.). A temática do patrimônio cultural foi evocada com a inauguração de bustos e com solenidades de inauguração da praça em comemoração à “revolução de 31 de março” (Praça..., 1977). Esse módulo gerou um acervo de mais de 400 matérias sobre diversos aspectos do litoral.

Após cada momento de pesquisa nos jornais, ocorria o retorno à sala de aula para expor e discutir os itens inventariados diante do conhecimento dos participantes. Essa experiência de encontro possibilitou um trabalho e um “esforço de ultrapassar a si mesmo”, próprio do historiador que busca “distanciar-se do presente, deixar de pertencer a ele” por meio do acesso a alguns pedaços do passado (Loriga, 2008, p. 141).

Ao passar as páginas dos periódicos, trocavam-se informações sobre as localidades referenciadas, assim como vivências pessoais e profissionais relacionadas ao espaço do litoral. Foi um momento em que a vida prática se entrelaçou com as histórias que se queria escrever, conectando o ambiente de aprendizado coletivo da universidade com alguns espaços da cidade abordados nos jornais.

Na visualização dos jornais, permitia-se um contato com um objeto concreto que nos dava a ler um passado, mas não de forma individualista. Aprendia-se com o seu par e, depois, com o grupo mais amplo. Aprendia-se com o contato com os documentos, mas também com o falar sobre eles, pois, em cada exposição, discorria-se sobre impressões subjetivas e sobre sua memória pessoal.

Nessa prática, ocorria a desconcentração das responsabilidades na montagem do arquivo da pesquisa, ao mesmo tempo em que se ensinava sobre os possíveis usos daquela fonte em uma possível narrativa histórica. Enfim, essa etapa nos permitiu a aproximação de um processo de ensino-aprendizado mais comunitário e menos verticalizado no tato com documentos e na construção colaborativa de um arquivo. Inventariar os jornais permitiu uma mudança coletiva de percepção sobre a dinâmica histórica dos enunciados relacionados à praia do Titanzinho. Não eram raros os comentários que repetiam a questão da violência como enunciado quase exclusivo da identidade daquele espaço, um estigma que, de tão naturalizado, aparentava retirar a sua própria historicidade.

O terceiro módulo, Inventário: História Oral, tinha como objetivo aproximar os participantes das comunidades ao fazer uso dessa metodologia para produzir entrevistas, encaradas, aqui, como documentos importantes para o conhecimento das sensibilidades urbanas e do patrimônio cultural. A escolha dos colaboradores foi pautada na “diversidade de matizes e modos de vida que habitam o litoral da capital” (Nogueira; Nogueira, 2016, p. 260).

A partir da narrativa de Dona Záida Amora, ouviu-se sobre a mudança do litoral devido à construção do porto do Mucuripe, enquanto José Carlos da Silva relatou os percalços da zona de prostituição do Farol, nos anos 1960. Já dona Maria da Conceição nos informou como a criminalidade virou rotina nos bairros populares. Nessas falas, a história do Titanzinho emerge de episódios trágicos: Dona Zuleide comentou sobre o alto índice de mortalidade infantil, mas também sobressaem os relatos de laços de solidariedade e afeição criados na prática do *surf*, na fala do surfista Raimundo Cavalcante (Nogueira; Nogueira, 2016, p. 261-267). Ainda nesse módulo, foi contada a experiência de Possidônio Soares, presidente da colônia de pescadores Z8, do Bairro Vicente Pinzón, na UFC, e realizada uma visita à Associação de Moradores do Pirambu.

A escuta das falas dessas pessoas, que possuíam uma autoridade reconhecida de “guardiões da memória local”, proporcionou diversas situações capazes de garantir o reconhecimento e a importância da trajetória daquelas pessoas, mas também enfatizou a necessidade da presença política dessas no processo de definição do patrimônio cultural de um território específico. Foi, sobretudo, um momento de escuta e de aprendizado com quem vive cotidianamente o espaço do litoral.

No quarto módulo, Instrução de Tombamento, foi possível a junção de interesses entre a autora e o autor desse texto. Carol Ruoso, lembrando esse momento, considera a importância das relações que aproximam a Museologia da História. Ela reconhece a Museologia como responsável pela elaboração de um conhecimento sobre a matriz de gestão museológica e destaca o papel de Manuelina Maria Duarte Cândido na formação de um pensamento sobre patrimônio cultural e museus no Ceará. Renato Freire, por sua vez, esteve envolvido, em 2015, em uma experiência de pesquisa para Secretaria de Cultura de Fortaleza (Secult-For) que lhe deixou perguntas sobre o processo de escrita do documento de instrução de tombamento.

Foram retomadas algumas discussões conceituais na formalização de uma escrita coletiva desse documento, associadas às visitas ao Farol do Mucuripe e a uma aula na Associação de Moradores do Titanzinho. De um lado, aprendeu-se como operavam os pertencimentos àquele espaço nas palavras e ações dos próprios moradores, com suas aflições e seus momentos de lazer; por outro, tentou-se contribuir com análises pertinentes aos processos oficiais de patrimonialização, suge-

rindo aos alunos a leitura de algumas instruções de tombamento de nível federal, estadual e municipal. O objetivo era favorecer as trocas entre os alunos do curso e a comunidade, entre as diversas disciplinas acadêmicas e os saberes locais, entre os interesses políticos oficiais e os comunitários.

De forma colaborativa, os trabalhos nesse módulo resultaram na confecção inicial de 5 documentos: levantamento arquitetônico do Farol Velho do Mucuripe; poligonal de entorno; documentação; história; e educação patrimonial. Ao transpor a dicotomia perversa da separação entre “os eruditos não predispostos a aplicar a teoria” e “aplicadores não predispostos – e, na maioria das vezes, sem tempo – a ensaiar voos de erudição” (Oliveira; Freitas, 2020, p. 45), foi possível aproximar professores, peritos, estudantes e comunidade em um trabalho coletivo de criar conhecimento daquele espaço no interior da universidade.

Esse módulo foi o momento de aprender a escrever através de várias mãos, ato que envolveu suas especificidades, exigiu uma prática maior de diálogo entre as partes abrangendo não só o revezamento do falar e do escutar, mas também do discutir e do refletir até a escolha final das formulações. De certo modo, esse módulo se propôs a preencher uma lacuna deixada pelo Estado na proteção do bem, já que inexistiam estudos mais aprofundados.

O módulo Olhares para o Patrimônio foi organizado a partir da ideia inicial do curso: fomentar o debate sobre as seis linhas de pesquisa do GEPPM. A carga horária foi dividida seguindo o espaço das linhas discriminadas anteriormente. Cada momento foi ministrado por 2 a 5 professores, objetivando atualizar os debates conceituais. Foi realizada uma trilha urbana pelo bairro do Benfica, a aula sobre Patrimônio e Documento dialogou com o Instituto Tembetá¹⁴, enquanto o módulo sobre museus aconteceu no Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará – MAUC e, por fim, o momento sobre o tema Educação e Patrimônio ocorreu no Museu do Ceará.

O módulo Curadoria Colaborativa procurou apresentar, a partir das Histórias das Exposições, práticas e teorias em curadoria de exposições: as semelhanças e diferenças e as permanências e rupturas nos modos de trabalhar com a linguagem poética das coisas, considerando as perspectivas cronopolíticas e geopolíticas dos mundos das artes. As investigações a respeito das curadorias colaborativas têm uma relação bastante importante com o Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará, estudado por Ruoso (2016). A autora pesquisou as experiências de curadoria da insti-

tuição e, analisando os modelos de museu em disputa na cidade, identificou que o modelo de museu público criado pelo MAUC consistiu em um modelo colaborativo, diferenciando-se, portanto, dos modelos de formação de museus públicos apresentados por Pomian (1987, p. 296-303): tradicional, revolucionário, evergetismo e comercial. Na medida em que foram ampliadas as experiências que aproximam as universidades e os museus na realização de oficinas de curadoria de exposição, foi-se construindo nomeações para explicar os diferentes níveis de participação: *sem par*, coletiva, colaborativa, compartilhada, de barricada, de mutirão e de caleidoscópio (Ruoso, 2019).

O módulo de Montagem de Exposições aconteceu como um desdobramento do módulo em Curadoria Colaborativa. No primeiro, foi elaborado o que se denomina Roteiro Narrativo Curatorial para que, por meio do trabalho de montagem e desmontagem das imagens e das fontes coletadas nos módulos de inventário, fosse possível elaborar uma proposta de exposição. Assim, de maneira colaborativa, foram selecionadas as imagens e as fontes para compor os Núcleos Narrativos que tratavam dos temas mais específicos da pesquisa realizada. Foram organizados grupos de trabalho para cada Núcleo Narrativo que criou composições, recortando, destacando, montando e desmontando para montar outra vez, de acordo com Georges Didi-Huberman (2000), uma narrativa histórica que se apresenta em forma de exposição.

Diante do cenário disponível, foi considerada a montagem de uma exposição virtual. Foram realizados exercícios de montagem dos núcleos narrativos e, embora a experiência tenha ocorrido, a exposição não foi publicada para todos os públicos, ficando acessível apenas para os integrantes do curso. Como foi um exercício realizado em um curto período, não era possível, por questão de direitos de uso de imagem, tornar a exposição de acesso aberto.

Em suma, a existência das ruínas do antigo Farol do Mucuripe foi tratada como coisa a ser reconstruída pelo saber-pesquisar. Especialistas, professores, arquitetos, historiadores, moradores, pedagogos, advogados, museólogos participaram na promoção da sistematização do farol, não para tentar recompor um lugar na identidade nacional, mas sim como necessidade de reconhecimento imediato da garantia de direito ao espaço em que habitam, um espaço herdado e reivindicado há tempos.

Considerações finais

Em 2021, após mais uma ação de limpeza comunitária recente, o farol foi repintado¹⁵ pelo grafiteiro e morador do local @Spote_ink com alguns dizeres, dos quais destacam-se dois aparentemente conflitantes: área de risco de ser feliz e bem-vindo ao abandono. 2023: o Farol continua em ruínas, apesar dos estudos arqueológicos visando uma possível restauração terem se iniciado em agosto desse ano (Freitas, 2023).

De 2016 para cá, cada um dos envolvidos no curso continua a realizar suas próprias iniciativas, mas também existem oportunidades as quais foi possível conjugar esforços. Se pensarmos bem, em uma escala micro, não se passou um tempo tão curto assim para um Grupo de Estudo e Pesquisa; algumas pessoas entraram, outras se afastaram e completamos 10 anos de atuação em 2017. Nesse meio tempo, muitas atividades ocorreram: as trilhas urbanas no bairro do Benfica continuaram recebendo os calouros do curso de História da UFC, a construção de redes se desenrolaram com outros cursos de curta duração sendo ministrados em 2017 no Encontro Internacional de Direitos Culturais na Universidade de Fortaleza (Unifor) e outro no Museu da Cultura Cearense em 2018. E ainda no primeiro semestre de 2019 foi ofertada pela primeira vez a disciplina História e Patrimônio Cultural para o curso de História da UFC.

Muito se sucedeu dentro da secretaria de cultura de Fortaleza, mas nesse parágrafo podemos resumir em uma frase: o pedido de tombamento da paisagem do bairro foi arquivado. Fora dela ocorreram outros fatos políticos: de um lado na Esquerda, uma nova vitória eleitoral do Lula aconteceu, Luizianne de Oliveira Lins foi eleita deputada, os irmãos Ferreira Gomes continuam ativos, enquanto isso do lado da Direita, também, se passaram alguns fatos... talvez o mais relevante foi o momento Bolsonaro pai.

Voltando... em um olhar retrospectivo... podemos nos perguntar: quais partes do curso e quais os produtos gerados tiveram uma solução satisfatória? Talvez o curso não se configure como uma situação binária de “acerto” ou “erro”, mas sim um esforço para multiplicar as ferramentas de patrimonialização, torná-las mais públicas. Ou seja, atualizar o uso do conceito de patrimônio cultural para torná-lo relevante nos caminhos para compreender e agir no mundo.

Após alguns anos, podemos elaborar melhor uma análise dos possíveis impactos desta experiência? Podemos começar imaginando quais foram as contribuições em nossas trajetórias, nós os proponentes do curso de extensão e para o próprio grupo de pesquisa? Citamos: o fortalecimento do papel da universidade nos processos de patrimonialização, reforçando a necessidade de formação em pesquisa voltada para o campo do patrimônio cultural.

O trabalho conjunto dos membros do GEEPM, como ação coletiva, ampliou o repertório individual de cada pesquisador envolvido, fosse um estudante de graduação, pós-graduação ou um profissional. Muitos dos membros estavam atuando no campo do patrimônio cultural em diferentes setores e, puderam, naquele momento, compartilhar as suas dúvidas, as suas questões e, especialmente, as suas descobertas sobre a pesquisa a partir dos desafios da prática do historiador, deste modo, podemos ressaltar que as trocas foram muito enriquecedoras criando no grupo um repertório comum partilhado.

Este repertório comum partilhado está relacionado a uma compreensão de que a educação faz a patrimonialização participativa junto da pesquisa, como dois exemplos: Inventário Participativo e Curadoria Participativa. A participação promove engajamento em diferentes níveis, neste caso, aprender como se faz ajuda a entender a complexidade dos bastidores da patrimonialização.

Elaboramos uma proposta de Instrução de Tombamento que ainda será entregue para o Coepa (Conselho Estadual do Patrimônio Cultural), nem apresentamos o documento aos moradores do Grande Mucuripe. É um documento elaborado coletivamente que, apesar das impossibilidades, nos apresenta um olhar sobre os modos de proteção do Farol do Mucuripe. É importante, destacar que muitas das vezes a presença dos estudos sobre Patrimônio Cultural nos cursos de História estão associados ao Ensino de História. Quando nos referimos a educação + pesquisa no processo de musealização, não estamos nos referindo apenas ao Ensino de História, estamos afirmando que há uma operação historiográfica que faz de maneira articulada (educação + pesquisa) quando nos referimos aos processos de patrimonialização participativa.

As metodologias de participação no campo do patrimônio cultural podem estar mais relacionadas às possibilidades de distribuição das ferramentas da fábrica patrimonial. Para que não se perpetue uma Retórica da Perda, e sim para que se possa ativar uma Retórica da Luta, é necessário a refe-

rência à pesquisa de Gleyce Kelly Heitor (2021), que propõe uma contra-leitura dos museus como lugares de memória de Pierre Nora (1984) e abre os caminhos para a construção de uma política cultural nas universidades que crie zonas de contato partindo da noção de que Patrimônio Cultural e Museu são lugares de Luta!

As práticas de ensino que utilizam a cooperação na universidade estão dispostas ao enfrentamento do medo criado por uma continuidade da cultura escolar que vê o erro e o não-sucesso como fonte de castigo (Luckesi, 1990). Ao invés do clima de medo e de culpa por não se saber o padrão sobre um conceito hegemônico de patrimônio cultural, priorizou-se a empatia, a cooperação e o ativismo, capazes de gerar um sentimento de satisfação na construção do conhecimento referente ao Farol.

A aproximação extensionista realizada pelo GEPPM, além de instrutiva, foi um modo de engajamento na conservação da área histórica do Farol da Praia do Titanzinho, fazendo com que se pensasse em aspectos relevantes para a curricularização da extensão discutida com mais intensidade a partir de 2018, a saber: a ampliação do diálogo e do contato entre as disciplinas, a necessidade de se alinhar leituras teóricas com a pesquisa empírica, a discussão política e a ação fora dos muros da universidade. Ademais, essa iniciativa fomentou a necessidade de se pensar a participação comunitária nas políticas públicas de cultura e educação, como o conceito de patrimônio cultural pode ser utilizado em diversas experiências de ensino, entre outros aspectos. Ao pensar o chão da universidade como lugar de práticas extensionistas, as temáticas e as abordagens utilizadas trouxeram à tona o lugar de importância da extensão universitária para a cidade, sua força de influência e incentivo na luta pela preservação do patrimônio cultural.

Em síntese, o distanciamento sobre o processo que permitiu tornar o Farol uma ruína dá lugar, assim, ao que poderá ocorrer e ser reconstruído através do diálogo da universidade com os espaços que circundam aquela construção do século XIX, não apenas para ensinar, mas também para aprender com seus agentes.

Referências

BARBALHO, Alexandre. Em tempos de crise: o MINC e a politização do campo cultural brasileiro. **Políticas Culturais em Revista**, v. 10, p. 23-46, 2017.

FREIRE, Carlos Renato Araujo; RUOSO, Carolina. Ensinar, aprender e participar: aproximações extensionistas com o Farol da praia do Titanzinho (Fortaleza-CE).

PÓS:Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFG. v. 15, n. 33, jan. 2025
ISSN: 2238-2046. Disponível em: < <https://doi.org/10.35699/2238-2046.2025.53613> >

CABRAL, Sidarta Nogueira. **A experiência de educação patrimonial no grupo enxame**: o Mucuripe conta sua cultura a partir de suas juventudes. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

CHUVA, Márcia. O ofício do historiador: sobre ética e patrimônio cultural. In: COPEDOC (Org.). **A pesquisa histórica no IPHAN**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2008. P. 27-43

DEL RIO, Vicente. Voltando às origens. A revitalização de áreas portuárias nos centros urbanos. **Arquitextos**, a. 2, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.015/859>. Acesso em: 13 jun. 2024.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Devant le temps**: histoire de l'art et anachronisme des images. Paris: Les Éditions de Minuit, 2000.

FREITAS, Bia. Estudos arqueológicos desvendam estrutura militar sob o Farol do Mucuripe. **Jornal O povo**, Fortaleza, 16 ago. 2023.

GUIMARAES, Manoel Luiz Salgado. Expondo a história: imagens construindo o passado. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 34, p. 71-86, 2002.

HEINICH, Nathalie. **La fabrique du patrimoine**: de la cathédrale à la petite cuillère. Paris: Les Editions de la MSH, 2009.

HEITOR, Gleyce Kelly Maciel. **Quando o museu é uma luta**. Análise da criação do Museu da Beira da Linha do Coque (PE) e Museu das Remoções (RJ). 2021. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

LABOISSIÈRE, Paula. Investimentos na indústria naval ajudam a gerar emprego, diz Lula. **Notícias Uol**, Brasília, 10 mai. 2010.

LORIGA, Sabina. A imagem do historiador, entre erudição e impostura. In: PATRIOTA, Rosangela; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **Imagens na história**. São Paulo: Hucitec, 2008.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Prática escolar**: do erro como fonte de castigo ao erro como fonte de virtude. São Paulo: Cortez, 1990.

LULA garante estaleiro no Ceará, mas projeto passará por novos estudos. **Jornal O povo**, Fortaleza, 17 jul. 2010.

LUIZIANNE diz não ao estaleiro no Titanzinho. **Jornal Diário do Nordeste**, Fortaleza, 04 mar. 2010.

NOGUEIRA, André Aguiar. **Pesquisa e mapeamento do patrimônio cultural do litoral de Fortaleza**. Projeto do programa de pós-doutorado para jovens doutores, edital Funcap, Fortaleza, 2015.

NOGUEIRA, André Aguiar; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. Patrimônio cultural do litoral de Fortaleza: os desafios da pesquisa histórica. **Revista Tempos Históricos**, v. 20, p. 241-271, 2016.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire, la problématique des lieux. In: NORA, Pierre (Dir.). **Les lieux de mémoire**: tome I. Paris: Gallimard, 1984. P. 16-52.

NOVAS praias para Fortaleza. **Jornal Tribuna do Ceará**, Fortaleza, 09 out. 1974.

OLIVEIRA, Maria Margarida Dias de; FREITAS, Itamar. Patrimônio e ensino de história: cinco decisões do professor. **Escritas do Tempo**, v. 2, n. 5, 2020. P. 175-197.

PAIVA, Marcelo Cardoso de. Passando dos Limites: o Corredor da Vitória em Salvador e o IPHAN. *In*: Encontro internacional sobre preservação do patrimônio edificado – Arquimemória, 2017, Salvador. **Anais**. Salvador: IAB-BA, 2017.

PINHEIRO, Valéria; PEQUENO, Renato. Planejamento Popular como estratégia de resistência e existência frente à ameaça de remoção do Titanzinho/Serviluz em Fortaleza. *In*: ACIOLLY, Fernanda; ROLNIK, Raquel; SANTORO, Paula Freire (Org.). **Cartografia dos territórios populares**: produção, transitoriedade e despossessão. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2020. P. 01-421.

POMIAN, Krzysztof. **Collectionneurs, amateurs et curieux**. Paris; Venise: XVI - VIII siècle. Collection [Bibliothèque des Histoires](#). Paris: Gallimard, 1987.

PRAÇA Marcílio Dias foi inaugurada ontem. **Jornal O povo**, Fortaleza, 1 abr. 1977.

PRAIA do Titanzinho pode virar patrimônio cultural. **Jornal O povo**, Fortaleza, 7 jul. 2010.

PREFEITA – Estaleiro seria o assassinato da orla. **Jornal O povo**, Fortaleza, 22 jun. 2010.

QUEIROZ, Adriano. Aldeia da Praia, no Serviluz, deve ficar pronta até junho de 2015, afirma Salmito Filho. **Jornal Diário do Nordeste**, Fortaleza, 04 jun. 2013.

RICOEUR, Paul. **Memória, história e esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RUOSO, Carolina. Curadoria de exposições, uma abordagem museológica: reflexões teóricas e propostas de metodologias participativas. *In*: ARAÚJO, Bruno Melo de *et al.* **Museologia e suas interfaces críticas**: museus, sociedade e os patrimônios. Rede de Professores e Pesquisadores em Museologia. Recife: Editora UFPE, 2019.

RUOSO, Carolina. **Nid de Frelons**: neuf temps pour neuf atlas. Histoire d'un musée d'art brésilien (1961-2001). 2016. Tese (Doutorado em Histoire de l'Art) – Université de Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Paris, 2016.

RUOSO, Carolina; CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. O vestido: arte urbana, passagens, percursos etnográficos e patrimoniais. *In*: MAGALHÃES, Fernando *et al.* (Org.). **Museologia e Patrimônio**. [S.l.]: Leiria, 2020. P. 157-180.

SANTOS Dumont: começou a retirada dos casebres. **Jornal O povo**, 21 nov. 1975.

TITANZINHO é único lugar para estaleiro, diz Cid. **Jornal Diário do Nordeste**, Fortaleza, 03 fev. 2010.

WINTER, Jay. A geração da memória: “reflexões sobre o ‘boom da memória’ nos estudos contemporâneos de história”. *In*: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **Palavra e imagem**: memória e escritura. Chapecó: Argos, 2006.

NOTAS

- 1 O velho Farol do Mucuripe teve sua planta formalizada em 1829, foi construído na década de 1840 por mão-de-obra de negros escravizados e não passa por restauro desde 1982. Não é o propósito deste texto traçar um histórico detalhado dos usos desse espaço, mas, ainda hoje, é lembrado o período que o Farol foi utilizado como Museu do Jangadeiro, no começo dos anos 1980.
- 2 O conceito “fábrica do patrimônio cultural” é utilizado aqui sob a influência dos textos da socióloga Nathalie Heinich (2009), que afirma que a ativação do conceito de patrimônio cultural foi modificada depois de muito tempo desde sua institucionalização no início do século XX, no caso brasileiro, na década de 1930. No tempo presente, a especialização dos profissionais responsáveis pelas visadas que elegem o patrimônio cultural contrastam com os olhares não especializados e emocionados de um grande público; ambos movem uma série de ações preservacionistas ou não sobre uma diversidade de objetos, elegendo uma gama de valores e de discursos que não estão mais restritos a uma concepção clássica da história da arte e da arquitetura.
- 3 Para uma observação do Farol e seu entorno, ainda que distante, recomendamos a sua visualização no Google Maps: <https://maps.app.goo.gl/EZVf2EoHozLtwqay6>.
- 4 Experimentada de forma vertiginosa no Rio de Janeiro desde o início dos anos 1980 e em Salvador, Recife e São Luís a partir dos anos 1990, também ganhou um novo fôlego na espacialidade da cidade de Fortaleza. A agenda política, econômica e social que pretende torná-la uma capital de serviços do século XXI encontra eco no campo político do município e do estado, ainda que em ritmo gradual e fracionado, desde a abertura democrática iniciada nos anos 1970.
- 5 Então representante da Associação Nacional de História – ANPUH no Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural – CONPHIC.
- 6 Morador do bairro e então coordenador de Patrimônio Histórico-Cultural da Secretaria de Cultura de Fortaleza (Secult-For).
- 7 Membro do conselho gestor da Organização dos Movimentos Populares.
- 8 Especificamente sobre o caso estaleiro, há um subcapítulo da tese de André Aguiar que merece atenção. Não é o caso de se aprofundar sobre isso nesse texto, mas os e as interessadas podem procurar a “solicitação de tombamento”, elaborada por uma equipe de especialistas, sobretudo, não historiadores que consta nos arquivos da Secretaria de Cultura de Fortaleza.
- 9 Toda essa movimentação se torna mais compreensível dentro do debate sobre o plano diretor de Fortaleza e as disputas em torno da implementação da Zona Especial de Interesse Social Prioritária (ZEIS) tão bem analisada por Pinheiro e Pequeno (2020).
- 10 Em 2010, o Centro possuía o IDH de 0,555589243, ocupando a 23ª posição, e o Benfica possuía o coeficiente 0,574172751, estando na 19ª posição, entre os 119 bairros de Fortaleza. Por sua vez, o bairro Cais do Porto, bairro da praia do Titanzinho, ocupava a 98ª posição, com o índice de 0,223566183 (Fortaleza, 2010), bairro esse habitado por cerca de 22.382 pessoas, dessas pelo menos 15 mil crianças. No ano de 2013, cerca de 90% da população dessa área foi beneficiária do Programa Bolsa Família.
- 11 Foram eles: Antônio Gilberto Ramos Nogueira, Yazid Jorge Guimarães Costa, Maria Josiane Vieira, André Aguiar Nogueira, Italo Bezerra Viana Júnior, Carlos Renato Araújo Freire, Thiago Eloi Bahia, Carolina Ruoso, Everaldo Gomes Dourado, Adson Rodrigo Silva Pinheiro, Vagner Silva Ramos Filho, Hildebrando Maciel Alves, Raimundo Aterlane Pereira Martins, Gabrielly Pamela Lopes Soeiro, Francisco Weber Pinto Porfírio, Karla Cristine Rodrigues, Daniel Barreto Lopes, David Felício Araújo, Ulysses Santiago de Carvalho, Pedro Henrique da Silva Paes e Roberto Sabino Silva.
- 12 André Aguiar possui uma longa trajetória de reflexão sobre esse território. Para maiores informações, consultar o lattes dele: <http://lattes.cnpq.br/2433107960898031>.
- 13 É necessário afirmar que esse curso de extensão não é a única ação universitária naquele espaço. Embora um levantamento detalhado fuja aos objetivos deste texto, no decorrer da escrita deste artigo, tivemos notícias, pelo menos, das ações do grupo Enxame (Cabral, 2016), do Instituto Três Mares (<https://www.instagram.com/institutotresmares/>) e do Laboratório Artes e Micropolíticas Urbanas vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Artes da UFC (<https://www.instagram.com/lamur.ufc/>).
- 14 O Instituto Tembetá se define como “uma entidade civil sem fins lucrativos, de personalidade jurídica, interesse público e caráter cultural que busca proteger o Patrimônio Histórico, Arqueológico, Arquitetônico, Cultural, Paleontológico, Artístico, Ambiental e Paisagístico do Estado do Ceará e das demais unidades federativas do país”. Mais informações em: <https://www.tembeta.com.br/>.

NOTAS

15 Houve uma intervenção de grafite anterior, no ano de 2013, dentro do Festival Concreto, já bem problematizada por Carolina Ruoso e Manuelina Cândido (2020).